ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93

NIRE 35.300.050.274

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019

A administração da **Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.** (“Eletropaulo” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores as propostas a seguir referentes às matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia Geral”) a se realizar no dia 26 de novembro de 2019, às 13h00, conforme Edital de Convocação constante do **Anexo I** à presente Proposta, observadas as normas da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 481 de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 481”), e do Estatuto Social da Companhia:

1. **Resgate das ações que remanescerem em circulação no mercado após o leilão da oferta pública para aquisição das ações de emissão da Companhia, a ser realizado em 21 de novembro de 2019**

Em 21 de outubro de 2019, a Enel Brasil S.A., acionista controladora da Companhia (“Enel Brasil”), publicou edital (“Edital”) de oferta pública para aquisição de até 8.133.352 ações ordinárias de emissão da Eletropaulo, correspondentes a 4,056% do capital social total da Companhia (“Ações em Circulação”), visando ao cancelamento do registro de companhia aberta da Eletropaulo perante a CVM sob a categoria “A” e conversão para a categoria “B”, com a consequente saída do Novo Mercado (“Oferta”), cujo leilão será realizado em 21 de novembro de 2019 na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Leilão”).

A respeito, importante destacar, conforme já informado no fato relevante divulgado pela Companhia em 26 de junho de 2019 e no item 2.2 do Edital, que em 13 de agosto de 2018 foi protocolizado junto à CVM pedido de autorização para: **(i)** cômputo das adesões à Oferta Pública Voluntária Concorrente para Aquisição do Controle da Eletropaulo, lançada em 17 de abril de 2018 por um veículo da Enel Brasil (“OPA para Aquisição de Controle”), para fins do cálculo do quórum de sucesso da Oferta, conforme previsto no artigo 16, inciso II, da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 361”); e **(ii)** realização do resgate das Ações em Circulação remanescentes que eventualmente não sejam adquiridas no Leilão, conforme previsto no artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações e nos artigos 20, inciso III, e 25-A da Instrução CVM 361 (“Resgate Compulsório”), sujeito ao lançamento da Oferta pelo mesmo preço oferecido no âmbito da OPA para Aquisição de Controle (“Consulta”).

Ao analisar a Consulta, o Colegiado da CVM deliberou, por unanimidade, autorizar a adoção do procedimento diferenciado proposto, nos termos do artigo 34 da Instrução CVM 361, conforme decisão proferida no âmbito do Processo CVM nº 19957.07811/2018-06, em 18 de abril de 2019 (“Decisão CVM”).

Dessa forma, de acordo com a Decisão CVM, a realização do Resgate Compulsório está sujeita apenas ao lançamento e conclusão da Oferta, razão pela qual sua submissão à Assembleia Geral e a respectiva deliberação pelos acionistas da Eletropaulo estão condicionadas à conclusão da Oferta.

Nesse mesmo sentido, o item 6.2.3 do Edital informa que a Enel Brasil tem a intenção de fazer com que a Companhia promova, logo após o término da Oferta, o Resgate Compulsório, pelo mesmo preço por ação pago no âmbito da Oferta, ajustado pela variação da Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC) publicada pelo Banco Central do Brasil desde a data de liquidação do Leilão até a data de efetivo pagamento do preço do Resgate Compulsório (“Preço de Resgate”), conforme descrito no item 7.2 do Edital.

Assim, a administração da Companhia propõe que seja aprovado o Resgate Compulsório de até a totalidade das Ações em Circulação que eventualmente não sejam adquiridas no Leilão da Oferta (*i.e.*, até 8.133.352 ações ordinárias de emissão da Eletropaulo), pelo Preço de Resgate.

Ressalta-se que, a depender do resultado do Leilão da Oferta e do exercício da faculdade prevista no artigo 10, § 2º, da Instrução CVM 361 pelos acionistas da Companhia, o Resgate Compulsório poderá abarcar um número de Ações em Circulação inferior àquele indicado acima, observado que a deliberação a ser tomada na Assembleia Geral abrangerá o resgate da totalidade das Ações em Circulação remanescentes.

Caso o Resgate Compulsório seja aprovado, o pagamento do valor total do Preço de Resgate deverá ser efetuado pela Companhia em até 15 (quinze) dias após a data da Assembleia Geral, à conta do saldo das reservas de capital registradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras, sem necessidade de redução do capital social.

O pagamento do Preço de Resgate será realizado aos Acionistas tendo como base a posição registrada no dia da realização desta Assembleia Geral (26 de novembro de 2019). Ressalta-se que, em caso de aprovação do Resgate Compulsório, as ações da Companhia serão bloqueadas para negociação a partir de 27 de novembro de 2019, dia seguinte a aprovação.

Nos termos dos itens 7.2.1 e 7.2.2 do Edital, o procedimento para o recebimento do valor do Preço de Resgate das ações será oportunamente divulgado pela Eletropaulo por meio de Fato Relevante e Aviso aos Acionistas a serem publicados quando da aprovação desta

matéria na Assembleia Geral. Eventuais dúvidas relativas ao pagamento do valor de resgate das ações deverão ser direcionadas ao departamento de relações com investidores da Companhia, no telefone +55 (11) 2195-7048 ou pelo e-mail ri.eletropaulo@enel.com.

2. Autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações discutidas e aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral

Por fim, caso a matéria constante do item 1 acima seja aprovada na Assembleia Geral, a administração da Companhia propõe que os acionistas autorizem os administradores a praticarem todos os atos necessários à efetivação e implementação do Resgate Compulsório.

Todos os documentos referentes às propostas para deliberação da Assembleia Geral estão disponíveis na sede da Companhia e nos *websites* da Companhia (ri.eneldistribuicaosp.com.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br).

Barueri, 09 de novembro de 2019.

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

ANEXO I

Edital de Convocação da Assembleia Geral

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME nº 61.695.227/0001-93

NIRE 35.300.050.274

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.** ("Companhia") para se reunirem em assembleia geral extraordinária ("Assembleia Geral") a se realizar no dia 26 de novembro de 2019, às 13h00, na sede da Companhia, localizada no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, CEP 06460-040, para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia:

1. Resgate das ações que remanescerem em circulação no mercado após o leilão da oferta pública para aquisição das ações de emissão da Companhia, a ser realizado em 21 de novembro de 2019 ("Oferta"); e
2. Autorização à administração da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações discutidas e aprovadas pelos acionistas na Assembleia Geral.

A submissão das matérias constantes da ordem do dia acima à Assembleia Geral e a respectiva deliberação pelos acionistas da Companhia estão condicionadas à conclusão da Oferta.

Para participar na Assembleia Geral, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: **(i)** documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; **(ii)** comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e **(iii)** instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista.

Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia recomenda o depósito na sede da Companhia, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da Assembleia Geral, de cópia simples dos documentos acima referidos, nos termos do artigo 25, § 2º, do estatuto social da Companhia.

Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas eletrônicas da Companhia (<http://ri.enedistribuicaosp.com.br>), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<http://www.cvm.gov.br>) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação da CVM.

Barueri, 09 de novembro de 2019. (*)

Britaldo Pedrosa Soares
Presidente do Conselho de Administração

(*) O edital de convocação da Assembleia Geral será publicado **(i)** nas edições dos dias 09, 12 e 13 de novembro de 2019 do jornal Diário Oficial do Estado de São Paulo, **(ii)** nas edições dos dias 09, 12 e 13 de novembro de 2019 do jornal Valor Econômico e **(iii)** no Sistema Empresas.NET da CVM, nos termos da Deliberação CVM nº 829, de 27 de setembro de 2019, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, conforme redação dada pela Medida Provisória nº 892, de 05 de agosto de 2019.